



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

1

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO
DE SANTA RITA**

Equipe de Correição: Isêlma Maria de Souza Rodrigues (Secretária), Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Francisco Carlos Firmino de Sousa, Maria Elizabete dos Santos Melo, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Valdevina Félix da Costa Pereira, Adalcídio Pereira Júnior e Zirley Maria Bezerra.

Jurisdição da Unidade de Trabalho	Bayeux, Cruz do Espírito Santo, Lucena, Riachão do Poço, Santa Rita, Sapé e Sobrado
Normativo de criação	Lei nº 10.770, de 21.11.2003
Data de instalação	19.12.2006
Data da última correição	27 a 30. 06.2016
Período de correição	29.11 a 04.12.2017

Aos 29 de novembro de 2017, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador-Corregedor WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO, foi realizada a abertura dos trabalhos correicionais da Vara do Trabalho de Santa Rita, relativos ao período de 27.06.2016 a 28.11.2017, em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 25 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 30/2017, publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico do E. Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região e enviado por correio eletrônico à Secretaria da Vara.

O Desembargador Corregedor foi recebido pelo Ex.º Sr. Juiz Titular da Vara, Antônio Eudes Vieira Júnior, pelo Diretor de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária.



Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos extraídos do e-Gestão, Hórus, SAOPJE e SUAP, referentes ao período de 1º.06.2016 a 31.10.2017 (17 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade
Antônio Eudes Vieira Júnior	Desde 1º.06.2017*

* Resolução Administrativa Nº 055/2017, de 26.04.2017, com vigência a partir de 1º de junho de 2017

1.1.1 Afastamentos de Jurisdição – Juiz Titular (Fonte: SUAP)

Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	Protocolo TRT Nº 16788/2016	02.05.2017 a 21.06.2017	51
Férias	Protocolo TRT Nº 16788/2016	07.08.2017 a 05.09.2017	30
Férias	Protocolo TRT Nº 16788/2016	06.09.2017 a 05.10.2017	30
Férias	Protocolo TRT Nº 16788/2016	16.10.2017 a 16.10.2017	1

1.1.2 Magistrado Substituto fixo

Juiz Substituto fixo	Fixação na Unidade
Lindinaldo Silva Marinho	Desde 05.06.2017*

* ATO TRT SCR Nº 048/2017

1.1.3 Afastamentos de Jurisdição – Juiz Substituto fixo (Fonte: SUAP)

Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	Ato TRT GP Nº 30/2017	03.07.2017 a 31.07.2017	29
Capacitação	Protocolo TRT Nº 9553/2017	17.07.2017 a 17.07.2017	1
Férias	Protocolo TRT Nº 16788/2016	08.08.2017 a 08.08.2017	1
Capacitação	Protocolo TRT Nº 14183/2017	26.10.2017 a 27.10.2017	2



1.2 Assiduidade dos Magistrados - Titular e Substitutos

Não há registro de inassiduidade, ou manifestações dessa ocorrência, em face do Magistrado Titular e dos Juízes substitutos, que atuaram na Vara durante o período correccionado, na Ouvidoria.

Por outro lado, na Corregedoria Regional foi protocolizado o processo 0000191-67.2017.5.13.0000 em face da Juíza Adriana Sette da Rocha, que exerceu a titularidade da Unidade até 31.05.2017.

1.3 Servidores lotados na Unidade (Fonte: CAPPE)

A Vara do Trabalho de Santa Rita conta, atualmente, com **18** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Aline Lopes da Nóbrega	Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador	25.01.2017
Cleybson Ferraz Cascimiro	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	08.06.2017
Eduardo Chaves Martins	Técnico Judiciário – Assistente IV	1º.06.2017
Eurílio Sérgio Alves de Lima	Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador	25.01.2017
Flávia Rocha Pedrosa Quinderé de Almeida Queiroz	Removida – Assistente III	1º.06.2017
Janaína Baracuhy Amorim Arruda.	Técnico Judiciário – Assistente IV	1º.06.2017
Jerônimo José dos Santos Neto	Analista Judiciário – Assistente de Diretor	1º.06.2017
João Joanes Florentino da Costa Neto	Técnico Judiciário – Assistente III	1º.06.2017
Josenildo Chaves de Lima	Técnico Judiciário – Assistente IV	1º.06.2017
Luciano Esmeraldo Guimarães	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	1º.06.2017
Luzinaldo Tavares de Oliveira	Técnico Judiciário	07.02.2017
Marcos Antônio Coutinho Figueiredo	Técnico Judiciário	07.02.2017
Maria Devânia Cabral de Sousa	Requisitada – Assistente II	1º.11.2017
Mizael de Oliveira Melo	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	1º.06.2017
Patrícia Wanderley Gayoso	Técnico Judiciário – Assistente IV	1º.06.2017
Ricardo Oliveira da Silva	Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador	25.01.2017
Rodrigo Souza Dias do Nascimento	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	1º.06.2017
Vanessa Melo Rodrigues.	Analista Judiciário – Assistente III	1º.06.2017

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual, no SUAP e no Pje, tanto por faixa processual como por tarefas.



2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a Vara do Trabalho de Santa Rita contabilizava, em 31.10.2017, um acervo processual de **3.096** processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	1.847
Fase liquidação	83
Fase de execução	1.103
Cartas precatórias e de ordem	63

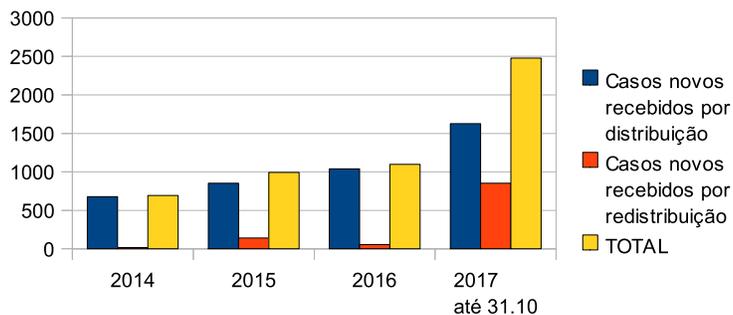
2.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

2.1.1 Casos novos

Em relação ao último triênio, a Unidade Judiciária apresenta a seguinte movimentação processual:

Item	2014	2015	2016	2017 até 31.10
Casos novos recebidos por distribuição	678	852	1.041	1.625
Casos novos recebidos por redistribuição	15	140	57	853
TOTAL	693	992	1.098	2.478

Desse acervo, são processos do tipo “tramitação preferencial”: no exercício de 2014, **379**; em 2015, **453**; em 2016, **486**, e em 2017, **1.003** processos (até 31.10).

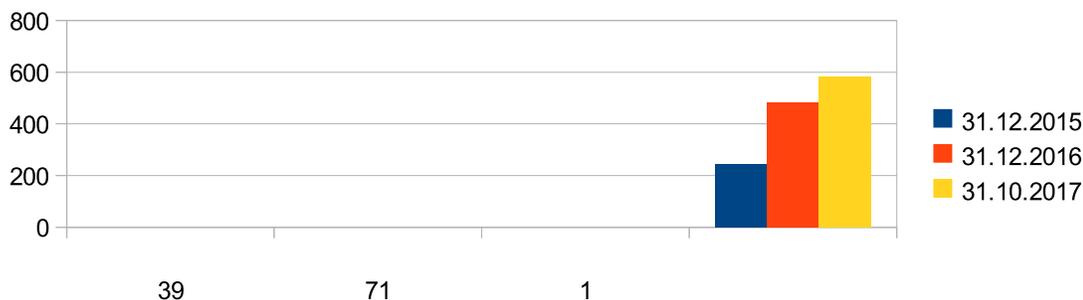




2.1.2 Pendentes de solução (Fonte: e-gestão)

A realidade de movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2016	2017	
				até 31.05	1º.06 a 31.10
Aguardando a 1ª sessão de audiência	39	102	282	517	169
Aguardando o encerramento da instrução	71	135	175	298	347
Aguardando prolação de sentença	1	6	27	73	68
Total	111	243	482	888	584



2.1.3 Pendentes de finalização (Fonte: E-Gestão)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, muito embora já tenham recebido uma decisão, os cálculos ou satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de impulso processual.

Item	2014	2015	2016	2017 (até 31.10)	Variação (%)		
					2014/2015	2015/2016	2016/2017
Fase de conhecimento	241	459	772	1.847	90,45%	68,19%	139,24%
Fase de liquidação	-	-	-	83	-	-	-
Fase de execução	570	468	509	1.103	-17,89%	8,76%	116,69%

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.



Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3 PRODUTIVIDADE DA UNIDADE

3.1 Panorama das audiências

Os atuais juízes lotados na Unidade, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, praticam a realização de audiências, usualmente, no período matutino, de segunda a quinta-feira, como também de pautas exclusivas para conciliação às segundas, terças e quartas-feiras, na Sala Central de Conciliação da Unidade.

As últimas audiências agendadas em processos do rito sumaríssimo e do rito ordinário e de instrução foram:

Rito	Audiência para	Processo
Sumaríssimo	18.12.2017	RTSum 0001946-45.2017.5.13.0027
Ordinário	19.12.2017	RTOrd 0001943-90.2017.5.13.0027
Instrução processual	05.12.2017	RTOrd 0000568-54.2017.5.13.0027

Observa a Corregedoria Regional que a Unidade conseguiu reduzir, expressiva e significativamente, o prazo da pauta de audiências que, em final de maio, já se estendia para 21.09.2017, conforme se verifica do processo RTSum 0000875-08.2017.5.13.0027 (ajuizamento em 30.05.2017), representando uma redução de 95 dias.

3.1.1 Processos aguardando inclusão em pauta

A Unidade não apresenta pendência de processos a incluir em pauta, prática enaltecida e recomendada a continuidade pelo Desembargador Corregedor.

3.1.2 Audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)



Item	2014	2015	2016	2017	
				Até 31.05	1º. 06 a 31.10
Inicial	3	1	-	311	-
Instrução	220	370	190	408	269
Julgamento	1	-	1	-	-
Una	765	863	835	575	1.243
Conciliação Conhecimento	98	64	69	25	70
Conciliação Execução	30	31	89	56	35
TOTAL	1.117	1.329	1.184	1.375	1.617

3.1.3 Audiências adiadas *sine die* (Fonte: Pje)

Dos processos submetidos à análise correicional, encontra-se fora de pauta:

Processo	Justificativa
0000064-48.2017.5.13.0027	Aguardando realização de perícia
0000094-83.2017.5.13.0027	Aguardando realização de perícia
0001368-82.2017.5.13.0027	Aguardando realização de perícia
0000004-75.2017.5.13.0027	Aguardando realização de perícia
0000241-12.2017.5.13.0027	Aguardando realização de perícia
0000660-32.2017.5.13.0027	Aguardando realização de perícia
0000384-35.2016.5.13.0027	Aguardando realização de perícia
0000809-59.2016.5.13.0028	Aguardando realização de perícia
0130897-28.2015.5.13.0027	Aguarda cumprimento de CPE
0000865-92.2016.5.13.0028	Aguardando realização de perícia
0000048-94.2017.5.13.0027	Aguardando realização de perícia

3.2 Solucionados na fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

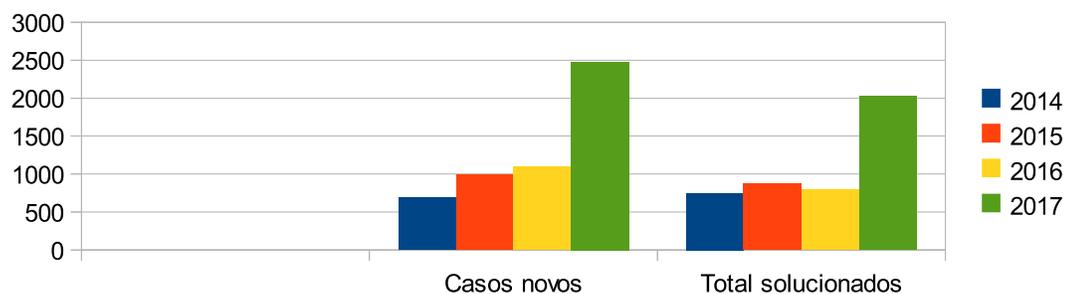
Item	2014	2015	2016	2017	
				Até 31.05	1º.06 a 31.10
Conciliados	410	487	401	334	542
Procedentes	11	3	17	19	17
Procedentes em parte	98	106	104	233	244
Improcedentes	30	65	40	65	99
Extintos	13	15	53	25	31
Arquivados	136	121	127	120	185



Homologação de desistência	33	44	39	17	40
Outras decisões	18	34	16	49	4
TOTAL	749	875	797	862	1.162

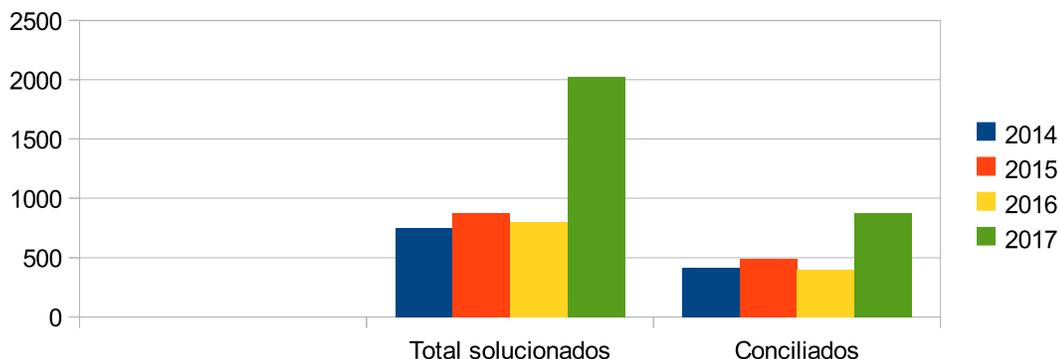
3.2.1 Índice de solução x casos novos (Fonte: e-Gestão)

Item	2014	2015	2016	2017	2017	
					Até 31.05	1º.06 a 31.10
Casos novos	693	992	1.098	2.478	1.650	828
Total solucionados	749	875	797	2.024	862	1.162
Percentual	108,08%	88,20%	72,58%	81,68%	52,24%	140,34%



3.2.2 Índice de conciliados x solucionados (Fonte: e-Gestão)

Item	2014	2015	2016	2017	2017	
					Até 31.05	1º.06 a 31.10
Total solucionados	749	875	797	2.024	862	1.162
Conciliados	410	487	401	876	334	542
Percentual	54,73%	55,65%	50,31%	43,28%	38,74%	46,64%



**3.3 Produtividade dos magistrados – solucionados** (Fonte: e-Gestão)

Magistrados	1º.06.2016 a 31.10.2017								Total
	Com exame do mérito					Sem exame do mérito			
	Conciliação	Procedente	Proc Parte	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência / Outras decisões	
Antônio Eudes Vieira Júnior 1º.06 a 31.10.2017	246	6	65	32	1	74	10	20	454
Lindinaldo Silva Marinho 05.06 a 31.10.2017	235	9	83	47	1	86	13	20	494
Adriana Sette da Rocha	214	15	56	28	1	63	39	24	440
Aécio Pereira de Lima Filho	35	1	37	2	-	10	4	1	90
Albérico Viana Bezerra	20	-	13	1	-	11	2	4	51
Alexandre Amaro Pereira	153	8	125	39	1	51	19	54	450
Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim	-	-	-	-	-	3	-	-	3
Ana Paula Cabral Campos	2	-	-	-	-	-	-	-	2
Clóvis Rodrigues Barbosa	32	3	28	7	-	13	-	6	89
Eduardo Souto Maior Bezerra Cavalcanti	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Flávia Roberta Farias da Costa Assunção	20	1	11	1	-	9	-	-	42
Flávio Londres da Nóbrega	17	3	30	10	1	11	3	6	81
Francisca Poliana Aristóteles Rocha de Sá	28	3	15	4	-	13	-	1	64
Francisco Xavier de Andrade Filho	2	-	4	-	-	5	-	-	11
George Falcão Coelho Paiva	-	-	-	1	-	-	-	-	1
José Guilherme Marques Júnior	71	-	15	-	-	11	1	4	102
Luiz Antônio Magalhães	18	-	3	1	-	9	-	-	31
Renata Maria Miranda Santos	-	-	1	-	-	-	-	-	1



No período de 1º.06.2017 a 31.10.2017, o Juiz Titular laborou **71** dias, perfazendo uma média de produção correspondente a **6,39** processos/dia. O Juiz Substituto fixo laborou **121** dias, perfazendo uma média de produção correspondente a **4,08** processos/dia.

Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, em razão da intermitência de atuação, não é razoável aqui se registrar a média de produção.

3.3.1 Incidentes julgados (Fonte: e-Gestão)

Magistrados	Embargos de Declaração	Antecipação de Tutela	Impugnação à Sentença de Liquidação	Embargos à execução	Embargos à arrematação	Exceção de pré-executividade de	Total
Antônio Eudes Vieira Júnior 1º.06 a 31.10.2017	34	23	-	2	-	1	60
Lindinaldo Silva Marinho 05.06 a 31.10.2017	33	50	-	1	-	-	84
Adriana Sette da Rocha	25	69	1	6	2	-	103
Aécio Pereira de Lima Filho	3	12	-	1	-	-	16
Albérico Viana Bezerra	6	3	-	1	-	-	10
Alexandre Amaro Pereira	52	21	-	10	-	3	86
Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim	-	2	-	-	-	-	2
Clóvis Rodrigues Barbosa	9	23	-	-	-	1	33
Flávia Roberta Farias da Costa Assunção	2	-	-	-	-	-	2
Flávio Londres da Nóbrega	23	10	-	1	-	-	34
Francisca Poliana Aristóteles Rocha de Sá	6	-	-	-	-	-	6
Francisco Xavier de Andrade Filho	3	-	-	-	-	-	3
George Falcão Coêlho Paiva	1	-	-	-	-	-	1
José Guilherme Marques Júnior	10	2	-	-	-	1	13
Juarez Duarte Lima	-	1	-	-	-	-	1
Renata Maria Miranda Santos	1	-	-	-	-	-	1

**3.3.2 3.3.2 Produtividade do magistrado titular – audiências realizadas**

(Fonte: e-Gestão)

ANTÔNIO EUDES VIEIRA JÚNIOR				
DEMONSTRATIVO DE AUDIÊNCIAS				
1º.06 a 31.10.2017				
Realizadas	Inicial		-	
	Instrução		74	
	Una		428	
	Total		502	
	Conciliação	Fase de conhecimento		33
		Fase de execução		13
	Total de audiências realizadas		538	

3.3.3 Produtividade do magistrado substituto fixo – audiências realizadas (Fonte: e-

Gestão)

LINDINALDO SILVA MARINHO				
DEMONSTRATIVO DE AUDIÊNCIAS				
05.06 a 31.10.2017				
Realizadas	Inicial		-	
	Instrução		141	
	Una		625	
	Total		766	
	Conciliação	Fase de conhecimento		23
		Fase de execução		13
	Total de audiências realizadas		802	

3.4 Índice de congestionamento**3.4.1 Fase de conhecimento** (Fonte: TRT13 em números)

Item	2014	2015	2016
Processos de conhecimento baixados	720	690	761
Casos novos de conhecimento	678	852	1.041
Casos pendentes de conhecimento	241	459	512
Taxa de congestionamento	22%	47%	51%

**3.4.2 Fase de execução** (Fonte: TRT13 em números)

Item	2014	2015	2016
Processos de execução baixados	497	436	523
Casos novos de execução	499	449	511
Casos pendentes de execução	570	468	302
Taxa de congestionamento	54%	52%	36%

3.5 Incidentes Processuais (Fonte: e-Gestão)

Item		2014	2015	2016	2017 até 31.10
Embargos de declaração	Recebidos	3	44	60	201
	Baixados	38	52	55	176
	Pendentes	1	2	7	39
Antecipação de tutela	Recebidos	31	45	111	188
	Baixados	31	46	113	184
	Pendentes	5	2	2	7
Impugnação à sentença de liquidação	Recebidos	1	2	1	9
	Baixados	1	6	1	1
	Pendentes	-	-	-	9
Embargos à execução	Recebidos	11	6	9	15
	Baixados	53	7	9	13
	Pendentes	-	2	3	7
Embargos à arrematação	Recebidos	-	1	2	-
	Baixados	-	1	2	-
	Pendentes	-	-	-	-
Exceções de pré-executividade	Recebidos	-	1	4	4
	Baixados	-	5	-	3
	Pendentes	-	-	2	3

3.6 Recursos interpostos (Fonte Hórus)

PERÍODO: até 31.10.2017					
Item	Novos	Recebidos	Não recebidos	Baixados	Pendentes
Recurso ordinário	6	8	1	-	2
Recurso adesivo	2	2	-	-	1
Agravo de petição	12	9	1	1	17
Total	20	19	2	1	20



Observa a Corregedoria que a Unidade exerce regular e explícito pronunciamento acerca da admissibilidade dos recursos interpostos, em total observância ao Ato TRT SCR nº 018/2016, art. 3º, XVII.

3.7 Fase de execução (Fonte: e-Gestão)

Item	2014	2015	2016	2017 (até 31.10)
Execuções pendentes	346	333	408	425
Execuções iniciadas	503	459	547	1.083
Recebidos de outros Órgãos	1	63	9	423
Execuções encerradas	494	403	523	539
Remetidos a outros Órgãos	-	49	23	72
Processos arquivados provisoriamente	113	48	90	26
Total de processos pendentes de execução	333	408	425	916

Segundo informações do diretor de Secretaria, o elevado número de execuções iniciadas no exercício em curso se deu em razão do recebimento, por redistribuição, daqueles processos da 2ª VT de Santa Rita, removida para a 10ª Vara do Trabalho de João Pessoa.

3.8 Cartas precatórias (Fonte: e-Gestão)

Item	2014	2015	2016	2017 até 31.10
Recebidas	92	77	82	159
Devolvidas	121	84	81	100
Pendentes de devolução	11	4	4	63



4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

Item	2014	2015	2016	2017 até 31.10	2017	
					Até 31.05	1º.06 a 31.10
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – rito sumaríssimo	19,67	20,34	67,69	53,82	57,7	50,83
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – exceto rito sumaríssimo	28,83	22,78	105,33	81,63	104,04	65,58
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo	6,42	11,12	9,4	8,89	7,73	9,73
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - exceto rito sumaríssimo	37,41	62,37	52,84	69,20	79,01	63,23
Do ajuizamento até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo	26,66	30,58	68,21	65,24	63,01	66,9
Do ajuizamento até o encerramento da instrução - exceto rito sumaríssimo	68,38	82,45	120,18	151,48	165,59	141,73
Da conclusão até a prolação de sentença - rito sumaríssimo	3,64	4,07	6,62	14,64	19,26	10,33
Da conclusão até a prolação de sentença - exceto rito sumaríssimo	5,8	13,16	13,72	20,97	25,08	17,7
Do ajuizamento até a prolação da sentença - rito sumaríssimo	25,51	29,6	66,39	67,29	70,85	64,47
Do ajuizamento até a prolação da sentença - exceto rito sumaríssimo	66,69	83,53	119,83	156,31	169,29	147,66

4.2 Duração do processo na fase de conhecimento -TMDP1c (Fonte:Hórus)

Em consideração aos indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico do Tribunal (2015-2020) mais especificamente em relação ao “Indicador 03” que mede o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento (TMDP1c - do ajuizamento da ação até a prolação da sentença), temos os seguintes números para



o ano-base **2016**: **66** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **133** dias para o rito ordinário, apresentando um total de **102** dias para os dois ritos.

O prazo praticado pela Unidade se apresenta acima da média atual das demais Unidades de 1ª instância da 13ª Região (**99** dias), como também é superior ao desempenho verificado no ano de **2015**, que foi de **29** dias para o rito sumaríssimo e de **86** dias para os processos submetidos ao rito ordinário, perfazendo uma média de **59** dias para os dois ritos.

4.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO (Fonte: e-Gestão)

Prazo médio	2014	2015	2016	2017 até 31.10.2017
Do início até o encerramento da liquidação – rito sumaríssimo	-	1,67	-	14,97
Do início até o encerramento da liquidação – exceto rito sumaríssimo	1.266,4	-	3,68	19,64

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, o elastecimento do prazo nessa fase, no atual exercício, decorre da prática de sentenças íliquidas, pela gestão anterior, em boa parte dos processos.

4.4 FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: e-Gestão)

Prazo médio	2014	2015	2016	2017 até 31.10.2017
Do início até o encerramento da execução – ente privado	1.551,7	900,03	119,02	73,63
Do início ao encerramento da execução ente público	1.008,7	2.358,3	126,35	813,20

Quanto ao tempo médio de duração do processo na fase de execução (TMDP1e - do início da fase até o encerramento da execução), em **2016**, temos: **133** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **119** dias para aqueles do rito ordinário, apresentando um total para os dois ritos de **126** dias.

No exercício de **2015**, o tempo médio foi de **572** dias para o rito sumaríssimo e **1.243** dias para os processos do rito ordinário, o que totalizou **955** dias para os dois ritos.

**5 PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES** (Fonte: e-Gestão)

VALORES PAGOS (R\$)					
Item	Sistema	2014	2015	2016	2017 até 31.10
Acordo	SUAP (legado)	481.144,09	227.858,42	-	-
	PJe	2.460.025,89	2.023.490,65	1.838.690,20	4.542.559,24
Espontâneo	SUAP (legado)	42.209,77	-	2.700,00	-
	PJe	154.779,73	24.542,12	15.732,52	457.138,81
Execução	SUAP (legado)	773.138,60	455.341,19	53.413,93	4.766,83
	PJe	232.302,29	327.208,17	604.696,34	1.218.322,16
TOTAL		4.143.600,37	3.058.440,55	2.515.232,99	6.222.787,04

ARRECADAÇÕES (R\$)					
Item	Sistema	2014	2015	2016	2017 até 31.10
Custas processuais	SUAP (legado)	46.191,00	5.804,51	24.046,16	50.247,20
	PJe	40.352,43	38.062,35	27.713,16	48.203,14
Emolumentos	SUAP (legado)	-	-	-	-
	PJe	-	-	22,21	66,36
Contribuição previdenciária	SUAP (legado)	162.813,22	78.431,78	30.048,54	291562,72
	PJe	173.814,82	129.172,02	151.993,55	288,129,21
Imposto de renda	SUAP (legado)	-	-	-	-
	PJe	-	43,43	-	2582,02
TOTAL		423.171,47	251.514,09	233.823,62	680.790,65
Custas processuais dispensadas	SUAP (legado)	5.533,20	-	-	20,00
	PJe	49.599,20	133.758,75	157.885,39	678.120,82
TOTAL		55.132,40	133.758,75	157885,39	678.140,82

6 DILIGÊNCIAS - NÚMERO E PRAZO PARA CUMPRIMENTO

Verificou o Desembargador Corregedor que, no período de 1º.01.2017 a 31.10.2017, foram realizadas **3.025** diligências no sistema PJe-JT - por **04** oficiais de justiça avaliadores federais lotados na Unidade. Em termos de média simples, tem-se registrada uma média mensal de **302,5** diligências, distribuídas nos **10** meses.

O Diretor da Vara informou que as diligências são distribuídas de forma automática, de acordo com as áreas de cada oficial, não havendo interferência da Unidade



Judiciária, bem assim que a produtividade dos oficiais de justiça é alimentada de forma automática, pelos próprios relatórios das diligências distribuídas e realizadas. A produtividade dos oficiais de justiça, nos limites estabelecidos pela Recomendação TRT SCR nº 008/2013, apresenta-se assim demonstrada, no período correicionado, no SAOPJe:

QUADRO DEMONSTRATIVO DE DILIGÊNCIAS NO SAOPJE		
OFICIAL DE JUSTIÇA	DILIGÊNCIA	REALIZADAS
Aline Lopes da Nóbrega	Intimação	7
	Mandado	179
	Notificação	655
	Ofício	32
	TOTAL	873

Eurílio Sérgio Alves de Lima	Intimação	4
	Mandado	73
	Notificação	762
	Ofício	8
	TOTAL	847
José Haroldo Alves de Lima*	Mandado	56
	Notificação	296
	Ofício	9
	TOTAL	361
Ricardo Oliveira da Silva	Intimação	2
	Mandado	84
	Notificação	954
	Ofício	4
	TOTAL	1.044

*ATO TRT GP N. 305/2017, 30 de agosto de 2017, trata de aposentadoria do servidor

7 DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO (ATO TRT SCR Nº 18 E ART. 24 DA CONSOLIDAÇÃO DOS PROVIMENTOS DA CGJT)

7.1 Exaurimento das iniciativas do juiz para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:



Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	SUAP	250
	PJe	468
	TOTAL	718
RENAJUD	SUAP	16
	Pje	4
	TOTAL	20
INFOJUD	SUAP	-
	Pje	2
	TOTAL	2
BNDT	Processos com registro de dados	267
	Processos com inclusão de devedor	239
	Processos com exclusão de devedor	60
	Processos com devedores inscritos	529
	TOTAL	1.095

Fonte: SUAP, PJe-JT, e-Gestão

Verificou o Desembargador Corregedor que a Unidade procede ao registro fidedigno de alguns dos principais atos processuais praticados, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos.

8 DOS PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Foram analisados **130** processos por amostragem, dos quais **30** tramitam no sistema SUAP e **100** no PJe, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 018/2016, havendo a prolação de **33** despachos correicionais em processos do PJe e **13** do SUAP.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos, com comunicação à Secretaria da Corregedoria.

8.2 Gestão dos Sistemas Processuais

8.2.1 Panorama SUAP

Protocolos pendentes de apreciação	25
Processos com tramitação há mais de 40 dias	Não há



8. 2.2 Panorama Pje

8.2.2.1 Agrupadores:

Agrupador	Quantidade	Processo mais antigo no agrupador
Processos com pagamentos	58	0130855-73.2015.5.13.0028 - 06.10.2017
Processos com petições não apreciadas	2	Ambos com data atual
Mandados devolvidos pelo Oficial de Justiça	11	0000319-06.2017.5.13.0027 - 08.03.2017

8.2.2.2 Processos em caixas de caráter transitório:

Fluxo	Quantidade	Processo mais antigo no fluxo
Análise de Conhecimento	273	IDPJ 0001748-08.2017.5.13.0027 - 22.11.2017
Análise de Liquidação	56	RTSum0000933-45.2016.5.13.0027 – 02.10.2017
Análise de Execução	122	RTOrd 0130206-79.2013.5.13.0028 – 23.10.2017

8.2.2.3 Demais fluxos meramente transitórios:

Remeter ao 2º Grau	24 processos	RTOrd 0000011-04.2016.5.13.0027 – 08.11.2017
Remeter ao 2º Grau – pendência de decisão	01 processos	RTOrd 0000916-72.2017.5.13.0027 - 16.11.2017
Minutar expediente da secretaria	25 processos	RTOrd 0000025-82.2016.5.13.0028 – 17.11.2017
Intimações automáticas com pendências - Liq	01 processo	ExProvAS 0001565-37.2017.5.13.0027 – 22.11.2017
Incluir no BNDT	01 processo	RTSum 0000004-09.2016.5.13.0028 - 26.10.2017
Intimações automáticas com pendências	12 processos	RTSum 0001075-49.2016.5.13.0027 – 10.11.2017
Preparar comunicação	05 processos	RTOrd 0130693-15.2014.5.13.0028 – 24.10.2017

9 METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2016 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no exercício anterior –	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	103%



Unidade Correicionada	75%
-----------------------	-----

Meta 1/2017 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente –

IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	108%
Unidade Correicionada	122%

Para efeito de controle da **Meta 1/2017** foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **1.625** casos novos (por distribuição) e **1.984** julgamentos (primeiro julgamento), atingindo o percentual de **122%**.

Meta 2/17 - Identificar e julgar, até 31/12, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 2015

IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	97,00%
Percentual de julgamento da Vara correicionada calculado sobre 90% dos processos distribuídos e não solucionados até 31.12.2015	99%

Meta 3 - Aumentar o índice de conciliação, na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2014/2015 em dois pontos percentuais

IPC – Índice de processos conciliados	
Unidades de primeiro grau do TRT	94%
Unidade Correicionada	117%

Meta 5/2016 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	88%
Unidade Correicionada	102%

Meta 5/2017 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente



IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	112%
Unidade Correicionada	41%

10 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 – MAPA DE CONTRIBUIÇÃO DA UNIDADE

Registra o Desembargador Corregedor que, segundo informações procedentes da Assessoria de Gestão Estratégica deste Regional, a Vara do Trabalho de Santa Rita vem buscando contribuir para o alcance das metas do Planejamento Estratégico institucional, levando a efeito as iniciativas propostas no seu Mapa de Contribuição, realinhado em abril de 2017, tendo em vista o início do segundo biênio do PEI.

11 RECOMENDAÇÕES

De conformidade com o caráter preventivo e pedagógico que tem pautado os trabalhos correicionais, o Desembargador Corregedor recomenda:

Aos Juízes:

1 Recomendações gerais:

- a) determinem, permanentemente, **por decisão**, a ordem de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso, de acordo com o estabelecido no art. 2º da Resolução Administrativa TST nº 1470/2011;
- b) adotem a prática de determinar por decisão, do tipo “Determinado o bloqueio ou a penhora *on line*”, quando da necessidade de utilização dos sistemas de consulta;
- c) adotem a prática de realização de inspeção periódica em número razoável de processos em tramitação na Vara, conforme determina o artigo 33 do Provimento Consolidado do nosso Regional;
- d) adotem o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- e) continuem a observar o disciplinamento ditado pelo art. 86 da Consolidação dos Provimentos da CGJT no que se refere à declaração, por sentença, da extinção da execução;



- f) incrementem o uso dos sistemas eletrônicos, de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase execução, bem assim aumentar o índice da Meta 5/2017 do CNJ;
- g) abstenham-se de determinar o arquivamento provisório mediante “decisão de sobrestamento por execução frustrada”, uma vez que, adotado esse procedimento, o fluxo do PJe não permitirá, via normal, o arquivamento provisório do feito, o que impacta no cumprimento da Meta 05 do CNJ;
- h) observem as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013, no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico **sentencas.dsst@mte.gov.br** do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico **insalubridade@tst.jus.br**, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização.

2 Recomendações específicas:

- a) continuem a observar o teor da Recomendação TRT SCR nº 004/2017, de forma que, tão logo processada a requisição de precatório, seja declarada a extinção da execução com arquivamento provisório dos autos, até que haja a quitação do débito;
- b) adotem a prática de determinar o arquivamento definitivo daqueles processos que foram julgados improcedentes e aguardam, tão somente, o pagamento dos honorários periciais já em processamento no E. TRT da 13ª Região, porque o pagamento dar-se-á diretamente na conta do perito, a exemplo do processo **0130874-82.2015.5.13.0027**;
- c) procedam ao imediato julgamento dos processos 0000388-38.2017.5.13.0027, 0000156-60.2016.5.13.0027 e 0000386-68.2017.5.13.0027.

Ao Diretor de Secretaria

1 Recomendações gerais:

- a) continue a monitorar os relatórios fornecidos pelo e-Gestão no site do TST e, também, pelo sistema Hórus, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade e corrigi-las;



- b) observe, com rigor, as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- c) continue a motivar a equipe a executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, de forma a evitar que os feitos permaneçam indevidamente paralisados;
- d) controle, diariamente, o recebimento de correspondências eletrônicas, seja por e-mail ou malote digital;
- e) continue a monitorar, no sistema PJe-JT, os agrupadores e as tarefas “Análise de Conhecimento”, “Análise de liquidação” e “Análise de Execução”, objetivando mantê-las sem processos e subpastas, em razão da sua natureza transitória, dando prosseguimento de imediato ao feito;
- f) oriente a equipe a impulsionar os feitos, tão logo lançada “decisão” para uso dos sistemas *on-line*, para o fluxo “aguardando cumprimento de providência”, com indicação posterior do sistema a ser utilizado, de forma a fazer constar, na movimentação processual, os sistemas de pesquisa efetivamente consultados.

2 Recomendações específicas:

- a) implemente rotina de trabalho para que, nos processos do PJe, quando da protocolização dos incidentes processuais (recursos, embargos, agravos), seja observado o tipo de documento indicado pela parte, para proceder à alteração, se for o caso, de forma a evitar o ocorrido no processo 0000954-21.2016.5.13.0027 , no qual o recurso ordinário foi apontado em tipo de documento como “petição outras” e, assim sendo, não será contabilizado estatisticamente;
- b) diligencie junto às petições, pendentes de apreciação e juntada no SUAP, para imediata conclusão ao juiz;
- c) incentive a equipe a proceder ao imediato e correto impulsionamento dos feitos relacionados no item 8.2.2.2;
- d) implemente plano de trabalho para o imediato impulsionamento daqueles processos que aguardam elaboração dos cálculos e que se encontram em subcaixa “PROCESSOS PARA CALCULAR”;
- e) incentive a equipe a atuar nos processos de forma concentrada, devendo evitar o impulsionamento do feito a um determinado fluxo, e ali permaneça paralisado sem a



efetiva prática do ato processual correspondente, a exemplo daqueles processos que se encontram em caixas: Remeter ao 2º Grau, Minutar expediente da secretaria, Intimações automáticas com pendências – Liq, Incluir no BNDT, Intimações automáticas com pendências e Preparar comunicação. Tratam-se de fluxos transitórios que exigem a imediata prática do ato.

Aos servidores da Vara:

1 Recomendações gerais:

- a) realizem a triagem dos processos, verificando a conformidade dos dados e assuntos indicados pelo advogado no sistema PJe com aqueles constantes da petição inicial, retificando-os, se for o caso, nos termos do §§ 3º e 5º do art. 19 da Resolução CSJT nº 185/2017;
- b) observem, logo após o lançamento de decisão para inclusão do executado no BNDT, o fluxo processual seguinte: “Registrar no BNDT – Exec”.

2 Recomendações específicas:

- a) dispensem maior atenção ao tipo de documento indicado pelas partes quando da interposição de recurso para as alterações devidas, conforme o caso, evitando o ocorrido no processo RTOrd 0000954-21.2016.5.13.0027, no qual o recurso ordinário foi indicado em tipo de petição como “petição (outras)” (id. cfaa053);
- b) providenciem à imediata conclusão ao juiz dos processos com petições protocolizadas no SUAP;
- c) envidem esforços para o imediato impulsionamento impulsionar dos feitos tratados no item 8.2.2.2.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Desembargador Corregedor constata, com satisfação, o excelente resultado parcial obtido no cumprimento da Meta 1/2017 do CNJ (**122%**), pelo que parabeniza a equipe e recomenda igual desempenho até o final deste exercício.

Também alcançou a Unidade um excelente índice na Meta 3/2017 do CNJ (**117%**) e de conciliação no período correccionado (**45,23%**), bem superior à média do Regional que oscila entre (**30% e 35%**).



A Unidade também se destaca pela expressiva redução da pauta de audiência que se prolongava por quase 4 meses e foi reduzida para uma média de 14 dias.

Por outro lado, é de se ressaltar que a Unidade apresentou um aumento expressivo no quantitativo dos processos de execução, de **418** na correição anterior para **916** no atual período. Muito embora justificável o acréscimo, porque só no mês de janeiro/2017 foram iniciadas 491 execuções, e no período outubro de 2016 a outubro de 2017, 2.054 execuções, solicita aos integrantes da Vara que canalizem esforços para intensificar a solução dos processos de execução, de forma a assegurar, no final deste exercício, o cumprimento da Meta 5 do CNJ, que ora se apresenta no patamar de **41%**.

13 VISITA CORRECIONAL

O Desembargador-Corregedor visitou a Vara do Trabalho de Santa Rita, oportunidade em que recebeu o advogado Enéas Flávio Soares de Moraes Segundo, OAB/PB 14318, que solicitou fazer constar de ata os seguintes elogios a toda a equipe de Juízes e servidores: a) empenho da Unidade na redução do prazo da pauta de audiências para 15 dias; b) empenho dos juízes e servidores em zelarem pela celeridade processual; c) urbanidade dispensada pelos servidores às partes; d) rapidez com se efetiva a movimentação processual, mesmo após o recebimento dos processos da 1ª Vara, transferida para o Fórum Maximiano Figueiredo – João Pessoa.

Também, reuniu-se o Desembargador Corregedor com o Magistrado Titular, Diretor de Secretaria e servidores, orientando-os quanto às melhores práticas e dispondo-se a colher críticas e sugestões para a melhoria dos serviços, notadamente o da prestação jurisdicional.

14 AGRADECIMENTOS

O Excelentíssimo Desembargador Corregedor agradece ao Juiz Titular, Antônio Eudes Vieira Júnior, ao Diretor de Secretaria, Luciano Esmeraldo Guimarães, e aos servidores: Aline Lopes da Nóbrega, Cleybson Ferraz Cascimiro, Eduardo Chaves



Martins, Eurílio Sérgio Alves de Lima, Flávia Rocha Pedrosa Quinderé de Almeida Queiroz, Janaína Baracuhly Amorim Arruda, Jerônimo José dos Santos Neto, João Joanes Florentino da Costa Neto, Josenildo Chaves de Lima, Luzinaldo Tavares de Oliveira, Marcos Antônio Coutinho Figueiredo, Maria Devânia Cabral de Sousa, Mizael de Oliveira Melo, Patrícia Wanderley Gayoso, Ricardo Oliveira da Silva, Rodrigo Souza Dias do Nascimento e Vanessa Melo Rodrigues, pelo tratamento cordial dispensado à equipe de correição.

15 ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos, nesta data, e eu, Isêlma Maria de Souza Rodrigues, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinado o prazo de 08 dias, a contar do primeiro dia útil seguinte, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações.

A presente Ata será afixada no átrio desta Unidade Judiciária por igual prazo, publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

Santa Rita, 04 de dezembro de 2017.

WOLNEY DE MACEDO
CORDEIRO:103147770

Assinado de forma digital por WOLNEY DE MACEDO
CORDEIRO:103147770
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Cert-JUS Institucional - A3,
ou=Autoridade Certificadora da Justiça - ACJUS v4,
ou=TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 13A REGIAO-TRT13,
ou=MAGISTRADO, cn=WOLNEY DE MACEDO
CORDEIRO:103147770
Dados: 2017.12.04 15:25:46 -03'00'

WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO

Desembargador Corregedor